

A Villa das Almoinhas (Loures). Trabalhos arqueológicos de diagnóstico e minimização.

SANDRA BRAZUNA E MANUELA COELHO¹ ARQUEÓLOGAS EMPRESA _ERA ARQUEOLOGIA S.A.

Introdução

➤ A intervenção arqueológica realizada no sítio das Almoinhas, pela Era Arqueologia S.A., enquadrou-se numa perspetiva preventiva de diagnóstico e minimização de impactes em área sujeita a loteamento e construção de um empreendimento comercial por parte da LIDL & Companhia.

Numa primeira fase de avaliação, procedeu-se a trabalhos de diagnóstico que resultaram na identificação de contextos arqueológicos preservados, seguindo-se uma intervenção de minimização que consistiu na escavação manual, integral, destes mesmos contextos em área sujeita a afetação. Os objetivos deste trabalho consistiam na avaliação do potencial científico e patrimonial, na análise e caracterização dos contextos arqueológicos preservados e minimização da afetação, procurando a cada momento averiguar acerca de estratégias e decisões a tomar face ao projeto de obra e às necessidades de preservar o património arqueológico presente no local.

Este sítio foi identificado a partir de prospeções e recolha de materiais à superfície realizadas nos anos 90 por parte de arqueólogos da Câmara Municipal de Loures, assim como pelo facto de terem sido postos a descoberto, de forma acidental, vestígios romanos, aquando da realização de uma obra numa quinta próxima do local. A partir de 1995, a CML realizou intervenções arqueológicas de emergência na área, daí resultando a identificação de vários vestígios de cronologia romana, colocando-se a hipótese de estes corresponderem a uma ocupação tipo *villa*.

Enquadramento

O espaço

O sítio arqueológico das Almoinhas localiza-se administrativamente na freguesia e concelho de Loures, distrito de Lisboa. **FIG. 1**

Encontra-se numa área entre a povoação de Mealhada e a cidade de Loures, na encosta Este da serra de Montemor, prolongando-se até ao sopé desta elevação, próximo de uma várzea que é também o primeiro contacto visual a partir do sítio arqueológico. Isto resulta numa variação de cota entre os 35 metros na zona mais alta e o nível do mar.

Esta é uma região de algumas elevações e linhas de água que fazem parte da bacia hidrográfica do Tejo, de onde se destaca o rio de Loures como o curso de água principal das proximidades. Em tempos recuados, até época pós-medieval, teria existido aqui um enorme braço de água salgada que permitiria a navegação e, por tal, a existência de um porto na cidade (Oliveira, 2001).

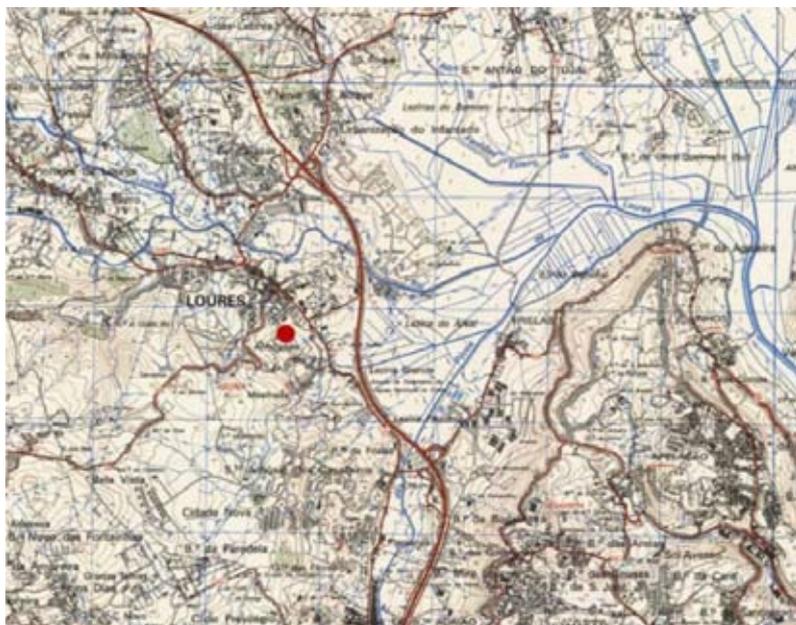


Figura 1
Localização do sítio das Almoinhas na Carta Militar de Portugal nº 417

mos, estariam o rio Tejo e a bacia fluvial do rio Trancão, criando áreas de penetração natural que ladeavam este espaço, criando condições para a prática de atividades piscícolas e saliníferas, a par com a atividade hortícola que beneficiaria de solos férteis e permitiria a plantação de árvores de fruto e oliveiras no local (Oliveira, 2001).

Para além das vias fluviais, não muito distantes, poderiam encontrar-se importantes vias terrestres romanas. Segundo os autores, nesta área passavam as vias *Olisipo-Bracara Augusta* e a via *Olisipo-Scallabis*, com possíveis variantes de traçado controverso. Isto significa que as Almoinhas se localizariam nas proximidades destas importantes vias, podendo levantar-se a hipótese de, junto a estas, se encontrarem outras vias de cariz secundário que a elas acederiam e que seriam também de extrema importância para a acessibilidade do local (Oliveira, 2001).

Nesta região foram identificados alguns achados diversos que poderão ser o testemunho de outros locais de ocupação do período romano, quer casais agrícolas quer *villae*. Um facto curioso referido por Ana Oliveira será a posição em que se encontram as ocupações de Frielas e Almoinhas, em lados opostos de uma extensa várzea mas que, caso fossem contemporâneas, se poderiam avistar mutuamente (Oliveira, 2001).

O sítio arqueológico

A intervenção arqueológica realizada confirmou a existência de uma ocupação enquadrável no período Romano, tendo sido possível verificar que os limites espaciais do sítio arqueológico eram mais abrangentes do que até então conhecidos. Pôde também registar-se a existência de áreas ocupacionais mais amplas, novas áreas funcionais e novas informações relativamente à dispersão espacial dos contextos, bem como ao nível das diacronias de ocupação, onde se testemunharam reformulações de espaços e novas utilizações e funcionalidades destes ao longo da ocupação, evidenciando grande dinamismo humano.

Assim, foi identificado um núcleo de produção, com um conjunto de três estruturas tipo forno; uma área de necrópole e um núcleo de cariz habitacional. **FIG. 2**

Relativamente à geologia, o sítio encontra-se em área de formação de conglomerados, arenitos e argilas da calçada de Carriche, confrontando, a sul, com os terrenos do “Complexo basáltico de Lisboa” constituído por uma sucessão de derrames lávicos. “A partir de Loures circundam a bacia aluvial de Loures, situada na margem direita do Tejo, a qual apresenta uma das maiores extensões de formações sedimentares de tipo aluvião no conjunto dos vales afluentes do Tejo (Zbyszewski, 1964)” (Oliveira, 2001: 70).

Enquadramento histórico

Este sítio faria parte do *municipium olisiponense*, com forte relação com a cidade de *Olisipo* pela proximidade que teria com esta. Também próxi-



Figura 2
Planta geral
das estruturas
identificadas no sítio
das Almoinhas

Figura 3
Planta dos fornos 1 e 2

Núcleo de produção

O núcleo de produção é constituído por três estruturas circulares tipo forno que estariam relacionadas com a produção cerâmica, sem que tenha sido possível apontar se serviriam para produção de cerâmica de construção, se para produção de cerâmica comum, ou se para ambas as produções em alturas diferentes.

Ainda que provavelmente contemporâneos e muito próximos entre si, ao nível da técnica construtiva e das suas dimensões, estes fornos apresentavam-se muito diferentes, conquanto possam eventualmente ter sido utilizados para o mesmo fim, ou seja, para a produção cerâmica. **FIG. 3**

O forno 1, uma construção em alvenaria com revestimento em argila, apresentava uma câmara com cerca de 2 metros de diâmetro e corredor estreito, realçando-se no interior a identificação de um depósito de enchimento com materiais cerâmicos mal cozidos, indiciando a sua reutilização como zona detritica. Num nível inferior, foi igualmente identificado um depósito de carvões que poderá corresponder à última cozedura aí efetuada, ou seja, a última utilização da fornalha.

O forno 2, próximo do primeiro, apresentava uma câmara com cerca de 3 metros de diâmetro e corredor estreito. No seu interior foram identificados depósitos de derrube da abóbada. A câmara apresentava parede construída com tijolo, ao passo que no corredor se verificava uma construção pétrea em alvenaria. É de referir o facto de, neste forno, se ter identificado um pilar central na área da câmara e uma série de encaixes ao longo da parede, talvez utilizados para apoio aquando da construção da abóbada, ou como forma de sustentar a grelha de divisão de distintas áreas no interior da estrutura.

No forno 3, também circular e um pouco distante dos dois primeiros, foi identificado um nível de derrube da abóbada e, sob este, um depósito argiloso e regular que poderá corresponder aos vestígios da grelha destruída. Também aqui verificou-se um nível de cinzas que sugere tratar-se de vestígios da última fornada. De referir a identificação de uma área anexa e contígua, em estrutura tipo fossa, que deverá tratar-se de uma zona resultante dos episódios de limpeza da estrutura. Este forno era construído com parede pétrea e 4 pilares ou *suspensurae* em tijolo.

Para os fornos identificados nas Almoinhas existe alguma dificuldade em apontar cronologias pois a cultura material apresenta-se com forte tónica no conjunto das cerâmicas comuns de longa diacronia.

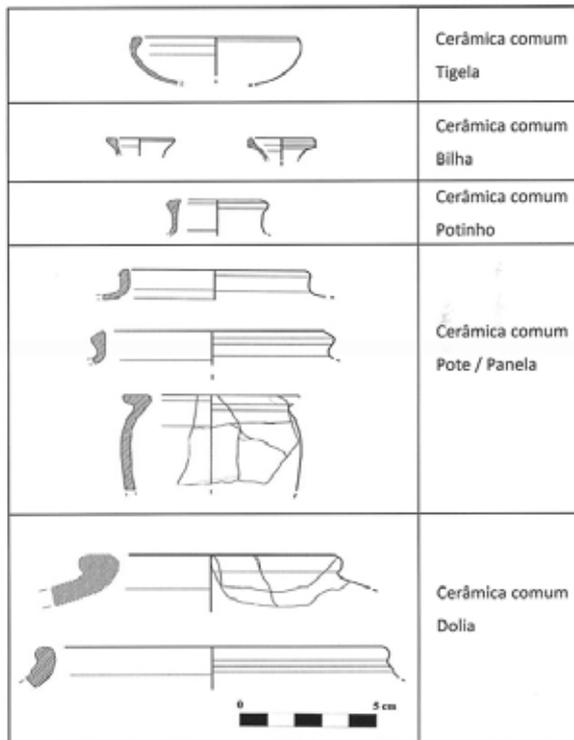


Figura 4
Formas cerâmicas predominantes no Forno 3 (Silva, 2007)

suspensura caracterizada por muretes ou pilares para apoio de uma grelha em peça única conforme se observou no forno 3, no forno 1 evidenciou-se a ausência de qualquer forma de *suspensura* e no forno 2 a distinção entre as duas câmaras partiria de um pilar central.

Necrópole

Esta intervenção permitiu o alargamento dos limites da área de necrópole, bem definida e com testemunhos de diferentes rituais funerários.

Num momento posterior ao abandono do Forno 3 a área foi reutilizada como espaço funerário, tendo sido identificada uma sepultura de incineração (Sepultura 1) a meio do corredor desta estrutura entretanto desativada. Apesar da grande afetação observada, conservavam-se as tijoleiras que revestiam a base e parte da parede NE de uma sepultura tipo caixa, de orientação NE-SW, uma orientação condicionada ao reaproveitamento da área de corredor do forno. Aqui, num depósito que extravasava os limites da base da caixa sepulcral, foi possível recuperar um numeroso e significativo conjunto material, bem como alguns restos osteológicos humanos com vestígios de incineração.

Relativamente ao espólio, este era constituído por um unguentário em vidro e fragmentos de um outro, uma pequena tigela também em vidro, outras duas em prata, uma *lingula* também em prata, um anel em ouro com a inscrição D. I. M., e um conjunto de contas de material, por agora, indeterminado.

Próxima desta área, foi identificada uma outra sepultura tipo caixa (Sepultura 2) construída em tijoleira, de forma retangular e orientação SE-NO. A base da sepultura não se apresentava revestida e, relativamente à cobertura, esta era constituída por tijoleiras. No interior não foram identificados quaisquer vestígios osteológicos, no entanto, recolheram-se fragmentos de cerâmica comum, um conjunto de rebites de metal e três recipientes inteiros (um prato e dois potinhos). FIG. 5



Figura 5
Vista geral do topo da Sepultura 2

Os paralelos cronológicos estabelecidos para a cerâmica comum proveniente das estruturas 1 e 2 apresentam uma longa duração inscrevendo-se, maioritariamente, entre o 2º terço do século II e meados do século IV. Por outro lado, os restantes materiais arqueológicos passíveis de fornecer informação cronológica são escassos resumindo-se a dois fragmentos de *terra sigillata* hispânica, dois fragmentos de ânfora e uma fíbula característica do Alto Império.

No forno 3 (alvo de um estudo de materiais mais desenvolvido por parte de Bruno Silva (Silva, 2007), confirmou-se a existência de materiais arqueológicos com predomínio de cerâmica comum, enquadráveis nos séculos I a V d.C., em que se apurou para o período de laboração do forno uma cronologia entre os séculos I e III d.C. Verificou-se ainda neste estudo uma presença dominante das formas pote/panela, seguindo-se os potinhos e bilhas, (Silva, 2007). FIG. 4

Ao nível dos dados arquitetónicos, ainda que se apresentem de planta circular, evidencia-se nos fornos 1 e 2 uma técnica ausente nos fornos conhecidos para o estuário do Tejo. Enquanto estes apresentam por norma um tipo de



Figura 6
Espólio votivo
identificado na
Sepultura 3

Posteriormente identificaram-se mais duas sepulturas. A primeira, Sepultura 3, com orientação SE-NO, conservava parcialmente as paredes laterais, estruturadas por fiadas de blocos irregulares de basalto e calcário e fragmentos de tijoleira. Da cobertura da estrutura, foram apenas identificados alguns fragmentos de tijoleira.

Ao nível do espólio foram recolhidas várias cavilhas de ferro, uma taça em cerâmica comum, uma lucerna em mau estado de conservação e duas moedas sem leitura possível. Não se registaram quaisquer vestígios de restos osteológicos ou cinzas, contudo, é provável que esta se tratasse de uma sepultura de inumação, facto que a presença das cavilhas parece corroborar. **FIG. 6**

A cerca de 1 metro da estrutura anterior, detetou-se a presença de uma segunda sepultura, Sepultura 4, apresentando a mesma orientação SE-NO. Ao contrário da primeira, esta não se encontrava estruturada, consistindo numa vala de paredes retas e forma sub-retangular, aberta no depósito de formação natural.

No seu interior identificou-se uma dezena de cavilhas de ferro (dispersas por toda a área) e um conjunto de objetos semelhante ao espólio identificado na sepultura 1: uma lucerna, com vestígios de utilização, uma taça e um potinho em cerâmica comum. Não foram detetados elementos osteológicos ou cinzas, parecendo, também neste caso, poder tratar-se de uma sepultura de inumação.

Foram, assim, escavadas 4 sepulturas (uma de incineração e, aparentemente, três de inumação), alargando a área de necrópole já conhecida. Importa referir que a necrópole foi identificada nos trabalhos realizados pela CML, em que foram escavadas 3 sepulturas de inumação em caixa e uma outra de incineração com presença de abundante componente artefactual e algum material osteológico. Nestas intervenções da CML, foi ainda identificada uma estrutura negativa tipo fossa que poderá ter sido utilizada como sepultura.

Nesta última intervenção, realizada pela Era Arqueologia, verificou-se que o espólio recolhido nas diferentes sepulturas é testemunho de uma longa diacronia de utilização deste espaço, podendo, genericamente, enquadrar-se entre os sécs. II e III/IV.

Para além da área de necrópole, salienta-se ainda o registo de um enterramento infantil numa ânfora depositada na área da lixeira, sem que tenha sido identificado qualquer vestígio de sepultura aberta no local ou espólio votivo associado ao enterramento e dois enterramentos infantis e um adulto na área do núcleo habitacional. Estes últimos enterramentos não apresentavam qualquer espólio associado ou vestígio de estrutura de sepultura.

Núcleo de cariz habitacional

A intervenção arqueológica realizada no núcleo de cariz habitacional permitiu verificar a densidade, dimensão e diversidade/complexidade dos contextos arqueológicos presentes, podendo agora lançar-se novas hipóteses interpretativas para o tipo de ocupação no local.

Estes contextos foram identificados em quatro plataformas, distribuídas ao longo da encosta onde estava programada a construção do arruamento – designado Rua H-, corres-

Figura 7

Foto geral da Área 1



pondendo a uma intervenção em área de cerca de 3156 m². As plataformas foram denominadas de Área 1 a 4, salientando-se que a Área 2 revelou uma forte perturbação antrópica dos vestígios preservados, tendo sido apenas identificado um alinhamento pétreo de difícil caracterização.

No geral, a intervenção resultou na identificação de estruturas de difícil interpretação, destacando-se os equipamentos relacionados com o transporte e armazenamento de água, enterramentos humanos isolados em alguns contextos de derrube (já referidos) e uma lixeira.

Na Área 1 foram consideradas 3 grandes fases construtivas. **FIG. 7**

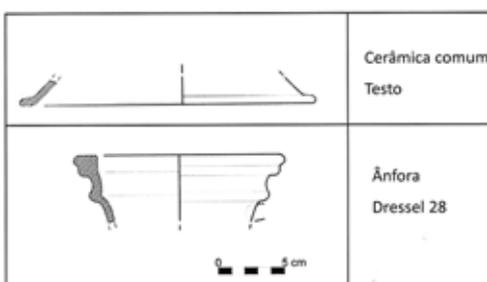
A Fase I é a fase de construção mais antiga. Corresponde a uma utilização do espaço em que as áreas compartimentadas apresentam reduzidas dimensões, surgindo algumas estruturas negativas tipo fossa, em maior número que nas fases subsequentes, indiciando uma utilização de caráter doméstico.

Pela análise dos materiais arqueológicos relativos a esta Fase verificou-se que as produções de cerâmica comum caracterizavam a maioria do espólio, enquanto as ânforas e a *terra sigillata* apresentavam números muito modestos. Na análise de um nível de aterro relativo a esta Fase (Fernandes, 2007) constatou-se uma tipologia com presença de tampas, tigelas, talhas, panelas, ânforas, bilhas, potinhos, potes e, por último (apenas com 1% da amostra), de cadinhos de fundição, jarros-bilhas, terrinas e alguidares. Concluiu-se, neste estudo,

que o predomínio correspondia a louça de serviço de mesa, seguindo-se os recipientes de transporte e armazenamento e, por fim, a louça de cozinha. Pela amostra de cerâmica comum estudada, a cronologia deste contexto enquadrar-se-á entre o século I e o século VII d.C. No entanto, com o cruzamento de materiais de cronologia mais fina, como uma tigela em *terra sigillata* da forma Dragendorff 27 c (entre 80 a 120 d.C.) e uma ânfora Dressel 28 (entre 20 a.C. e 150 d.C.) esta Fase I poderá corresponder a um período de ocupação entre meados de I e II d.C. (Fernandes, 2007). **FIG. 8**

Figura 8

Formas cerâmicas da Fase I (Fernandes, 2007)



A Fase II corresponde a um período de remodelações arquitetónicas resultantes de alterações de conceção do espaço, em que se abandonou uma construção de áreas compartimentadas de reduzida dimensão para uma construção de compartimentos maiores e, arqueologicamente, com uma leitura que indicia uma conceção alargada, onde os espaços se complementam e se organizam com um objetivo global e organizado, estabelecendo condições para as construções da Fase III.

Na fase mais recente (Fase III) observa-se uma grande complexidade, na medida em que esta engloba um conjunto de momentos construtivos e de remodelação de vários espaços, e a reutilização de estruturas preexistentes (de fases construtivas anteriores), com ou sem alteração das suas características arquitetónicas. Genericamente, pode aqui inserir-se um conjunto de compartimentos de grandes dimensões com reaproveitamentos de estruturas tipo muros e alicerces anteriores. Estes espaços, ainda que de difícil interpretação relativamente à sua funcionalidade, evidenciaram, pontualmente, a existência de estruturas de carácter doméstico, nomeadamente lareiras e zonas de armazenagem. Associado a estas estruturas pôde também identificar-se um conjunto de estruturas de armazenamento de água, quer tanques, quer uma possível cisterna e canalizações, ou seja, infraestruturas de transporte e escoamento/drenagem de águas, ainda que de difícil especificação.

Na Área 3, foram identificados dois núcleos distintos de concentração de vestígios arqueológicos preservados, designados respetivamente por Núcleos Norte e Sul. **FIG. 9**

No Núcleo Norte foram consideradas 3 fases construtivas. A fase mais antiga (Fase I) corresponde a uma área sub quadrangular/retangular compartimentada, sublinhando-se o facto de apresentar uma orientação distinta, quer das estruturas identificadas na Área 1 acima referida, quer das identificadas no Núcleo Sul da mesma Área 3. Nos cantos Oeste e Norte deste complexo, destaca-se a existência de dois compartimentos que, paralelos entre si e extravasando o limite da área compartimentada dentro do complexo sub quadrangular, se encontram avançados face à área maior. Num outro tipo de contextos, estas estruturas poderiam corresponder a uma função defensiva, como torreões, no entanto, ainda que de difícil interpretação, esta hipótese não parece ser válida para este sítio arqueológico, visto que foram identificados,

essencialmente, testemunhos de uma utilização de carácter doméstico. Um destes compartimentos revelou uma área que serviria de fornalha. Funcionando na mesma lógica do *hipocaustum* das instalações termiais, este setor, não se tratando deste tipo de complexo, poderia antes servir para aquecimento no âmbito das atividades domésticas do quotidiano.

À fase II correspondem pequenas remodelações do espaço, com tendência a uma maior compartimentação e à consolidação da planta já existente, havendo um reforço de alguns muros construídos na fase anterior.

Figura 9
Foto geral da Área 3



Na fase mais recente registaram-se realidades muito parcelares, com episódios de reformulação e de continuidade da utilização de um espaço previamente construído, mantendo-se as características gerais do traçado arquitetónico e dos contextos edificados em fases anteriores. Genericamente, pode aqui inserir-se um conjunto de compartimentos de difícil interpretação relativamente à sua funcionalidade, mas que evidenciaram, pontualmente, a existência de estruturas de carácter doméstico, comolareiras e espaços de armazenagem, e estruturas relacionadas com o armazenamento de água.

Na análise dos materiais arqueológicos provenientes de um depósito detrítico desta Fase (Silva, 2007) verificou-se o predomínio das panelas/potes, seguindo-se as tigelas e ânforas, assim como a quase paridade entre a cerâmica de cozinha e a cerâmica de mesa, com ligeira superioridade da primeira categoria funcional. Pelas peças datantes, como as ânforas, observou-se a presença predominante de Almagro 51C, apontando para uma cronologia do século IV d.C. Por outro lado, a análise dos fragmentos de *terra sigillata* revelou a presença de fragmentos de *sigillata* Clara D e de *sigillata* Late Roman C, ou seja, também estas produções tardias (Silva, 2007).

Ao Núcleo Sul, com 4 fases construtivas identificadas, corresponde uma área sub retangular constituída por vários compartimentos que, na última fase de construção, foram alvo de algumas reformulações. Desta forma, a primeira fase de construção no Núcleo Sul (Fase I), caracteriza-se pela construção de um compartimento de forma retangular parcialmente destruído. À Fase II e à fase precedente corresponde grande parte das construções que deram origem à edificação deste núcleo que originalmente deveria ser de maiores dimensões mas que se encontra em parte já destruído. Neste período é efetuado o alargamento para Sul e para Oeste da área edificada, construindo-se muros delimitadores com o exterior e criando novas áreas compartimentadas, anulando a planta de menores dimensões preexistente, ainda que com alguns reaproveitamentos das estruturas da Fase I.

Na Fase III observa-se o reaproveitamento de grande parte da área compartimentada construída na fase anterior, sendo, no entanto, construídos novos muros de compartimentação, criando-se novas áreas de interior. Ainda que mantendo a planta da fase anterior e as respetivas estruturas edificadas previamente, na última fase de construção verifica-se a transformação de um compartimento de maiores dimensões preexistente em dois novos compartimentos, anulando, algumas estruturas e respetivas funcionalidades dos espaços da época anterior.

Os trabalhos arqueológicos realizados na Área 4 centraram-se, principalmente, na zona da lixeira, um contexto já identificado e intervencionado pela equipa da Câmara Municipal de Loures, no espaço do atual parque de estacionamento do Tribunal de Loures, e que se revelou aqui com continuidade. FIG. 10

Esta lixeira caracterizava-se por uma série de estruturas negativas de grande dimensão e de forma ovoide que, ao longo do tempo, terão sido abertas diacronicamente mas sobre-

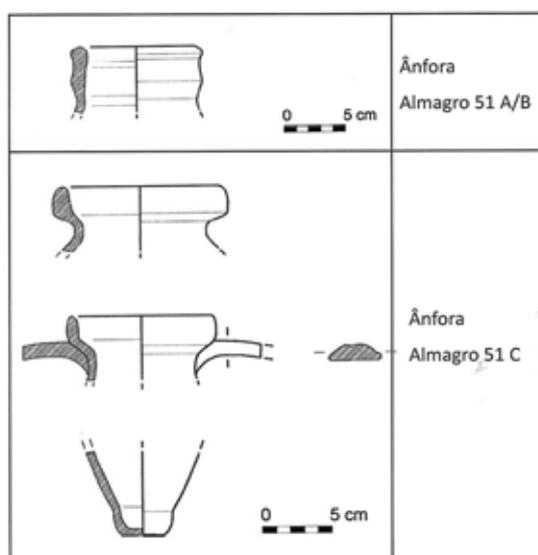
Figura 10
Foto geral da Área 4



postas umas às outras, assim como os respetivos enchimentos que se encontravam a preencher estas valas. Neste depósito de entulho/lixreira foram identificados dois marcos miliários epigrafados. Importa salientar que estes achados se encontravam no depósito de entulho no interior da lixeira, ou seja, aquando da sua deposição neste local já se encontravam desprovidos do significado sinalizador e delimitador de uma possível via romana. No entanto, a sua presença neste local vai de encontro ao facto de nas proximidades se encontrar o traçado viário de período romano. A descoberta destes marcos, ainda que descontextualizados e afastados da sua localização original, não deixa de ser um dado importante também enquanto contribuição para o conhecimento das vias romanas no atual território português.

Foi realizado o estudo da componente artefactual proveniente de dois dos depósitos de enchimento destas valas (Pais, 2007). Através desta análise verificou-se o predomínio da cerâmica comum sobre os restantes tipos de materiais arqueológicos. As formas tipológicas mais abundantes correspondiam a taças, panelas, jarros/bilhas, potinhos e panelas/potes. No conjunto, a grande maioria correspondia a cerâmica de mesa, seguindo-se a cerâmica de cozinha e, por último, os recipientes de armazenamento. No que se refere a materiais de cronologia mais estrita, salienta-se, maioritariamente, a presença de fragmentos de ânfora do tipo Dressel 20, Lusitana 9, Almagro 51 A-B e Almagro 51 C, com clara supremacia das

Figura 11
Formas anfóricas
recolhidas na lixeira da
Área 4 (Pais, 2007)



últimas (60%). No que respeita aos fragmentos de *terra sigillata*, foram identificados fragmentos do tipo Clara A, Clara C e Clara D, com predomínio da primeira. Assim sendo, pela análise do espólio, pode concluir-se uma cronologia entre o século I d.C. e o século V, embora no caso das ânforas Almagro 51 C, a datação possa avançar até ao século VII. Com o cruzamento de informação relativa aos marcos miliários aqui identificados, pode no entanto, apontar-se uma cronologia de meados do século IV, prolongando-se para o século V, de formação destes depósitos e de uso destas estruturas. **FIG. 11**

Por último, na Área 4, foi identificado um compartimento cujas estruturas se encontravam em mau estado de preservação. Não foram identificados contextos arqueológicos relacionados com a sua utilização, no entanto, foi importante constatar a anterioridade das estruturas face à área de lixeira.

Considerações finais

O sítio das Almoinhas revelou uma série de contextos que importa salientar, nomeadamente, o conjunto de três estruturas tipo forno que estariam relacionadas com atividades de produção cerâmica. Pela análise do conjunto de cerâmica comum recolhido, e apenas no campo das hipóteses, com a identificação destes fornos, pode o conjunto cerâmico ter uma proveniência local, com fabrico no próprio sítio arqueológico.

Para além da produção de cerâmica, poucos são os vestígios reveladores de atividades económicas neste estabelecimento. Foram identificados indícios da prática da tecelagem como seja a presença de pesos de tear em alguns contextos. Para além disso, ainda que os conjuntos artefactuais sejam abundantes, não são indicadores de outro tipo de atividades que não aquelas relacionadas com uso doméstico, com grande quantidade de cerâmica

comum e percentagem reduzida de cerâmicas finas de mesa, denotando-se a escassez de recipientes em vidro/paredes finas, de *terra sigillata*, almofarizes ou lucernas. Salienta-se a presença pontual de registos de escória e de alguns artefactos metálicos, remetendo para o seu uso nas atividades agrícolas (como alfaias) e em contextos domésticos (como elementos de recipientes cerâmicos e de indumentária pessoal). Assim, a partir do conjunto de informação recolhida neste sítio, aponta-se uma cronologia de ocupação enquadrável entre o século I/II e meados do século V d.C.

Quanto a uma leitura do tipo de estruturas e contextos identificados, salienta-se a existência da área de necrópole onde foram identificados testemunhos de diferentes rituais funerários, quer seja pelo tipo de sepultura em caixa ou em fossa, quer pelo facto de se terem identificado enterramentos de inumação mas também de incineração.

Nas áreas compartimentadas poucos indícios foram identificados que possam caracterizar o tipo de atividades/funcionalidades do espaço ocupado. Genericamente, salienta-se a presença de estruturas para transporte e armazenamento de água que, dada a ausência de outros indicadores que os pudessem reportar para atividades como a tinturaria ou a salga/preparados de peixe, aqui aponta-se uma relação com o armazenamento de água para utilização doméstica. Na mesma categoria enquadra-se a estrutura que poderá corresponder a uma cisterna, ainda que, devido ao facto de não ter sido intervencionada não pode ser confirmada como tal. De funcionalidade específica destaca-se a estrutura compartimentada tipo *hipocaustum*.

Estas são estruturas e contextos que poderiam existir num amplo leque de tipos de ocupação, não sendo possível apontar características específicas para a funcionalidade do sítio e quais as atividades económicas e contextos com elas relacionadas.

Numa leitura geral da planta algumas conclusões podem ser adiantadas. Uma contribuição para esta leitura é o facto de se saber que as dimensões do sítio extravasam a área intervencionada na medida em que foram feitas prospeções geofísicas, nos anos 90, que indicam o prolongamento de estruturas na área Oeste que não foi intervencionada, na zona da encosta.

Pelo que foi identificado, podem colocar-se duas hipóteses plausíveis para a interpretação das Almoínhas, ou seja, esta poderá corresponder a uma ocupação tipo *villa*, ou, por outro lado, estarmos perante um aglomerado tipo *vicus*.

Os contextos em análise poderão corresponder à *pars rustica*, sem que tenham sido identificados quaisquer vestígios relativos à casa senhorial, pois não se verificou a presença de estruturas arquitetónicas de monumentalidade e materiais arqueológicos geralmente encontrados nesta parte das *villae*. A casa senhorial, a existir, poderá encontrar-se na quinta ao lado da área intervencionada, onde foram identificadas inadvertidamente algumas estruturas e, ao nível dos materiais arqueológicos foi identificado um capitel, uma base de coluna e um tesouro de moedas de bronze do Baixo Império em recipiente tipo ânfora.

Salienta-se que, no caso das Almoínhas, as condições para o desenvolvimento das atividades económicas se encontravam favoráveis. Aqui insere-se a aptidão e produtividade dos solos, a proximidade de linhas de água de grande relevância e a proximidade dos centros urbanos ou vias, dando grande rentabilidade à exploração.

Outra hipótese que se pode colocar é esta ocupação poder corresponder a um *vicus*, um povoado aberto implantado sobre os eixos de comunicação terrestre e fluvial dada a posição geográfica favorável em que se encontraria. Este tipo de aglomerados teria, prin-

principalmente, funções aglutinadoras e distribuidoras, ainda que os vestígios de um contacto com o exterior não sejam abundantes no que toca à componente artefactual (à exceção da abundância de recipientes tipo ânfora), apresentando, a este nível, características muito modestas. Também ao nível do traçado urbanístico, salienta-se o facto de não se terem identificado quaisquer vestígios de arruamentos nas Almoinhas.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV, (1996)** – *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. In Atas das primeiras jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado. FILIPE, Graça e RAPOSO, Jorge M. C. (coord.). Lisboa. Câmara Municipal do Seixal. Publicações Dom Quixote.
- AAVV, (1998)** – *Da Vida e da Morte – Os Romanos em Loures*. Catálogo de Exposição de Arqueologia. Loures. Museu Municipal de Loures. Câmara Municipal de Loures.
- ADAM, J. P. (1994)** – *Roman Building, Materials & Techniques*. London. Batsford.
- ALARCÃO, J de (1988)** – *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins. Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, J de (1990)** – *As villae*. In *Nova História de Portugal*. SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). Lisboa. Editorial Presença, p. 482-489.
- ALARCÃO, J de (1990a)** – A urbanização de Portugal nas épocas de César e de Augusto. *Les Villes de Lusitane Romaine. Hiérarchies et territoires*. Paris. Éditions du CNRS.
- ALARCÃO, J de (1998)** – Três níveis de aglomerados populacionais romanos. In: *O Arqueólogo Português*. Série IV. Volume 16, p. 175-186.
- ALMEIDA, A. J. de (1986)** – Forno cerâmico de Eixo. In: *Boletim Municipal de Aveiro*. N.º 7, p. 25-26.
- ALMEIDA, C. A. B. de ; LEAL, A. J. da C. (1988)** – O forno cerâmico da Quinta do Paço. *Facha*. Ponte de Lima, p. 9-28.
- ALMEIDA, D. F. de e FERREIRA, O. da V. (1968)** – Uma “fornax” lusitano-romana na Egitânia. In: *O Arqueólogo Português*. Série III. vol. II. Lisboa, p. 61-70.
- ALMEIDA, D. F. de; ZBYSZEWSKI, G. e FERREIRA, O. da V. (1971)** – Descoberta de fornos lusitano-romanos na região da Marateca (Setúbal). In: *O Arqueólogo Português*. Série III. Vol. V. Lisboa, p. 155-157.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1990)** – *Guía de la cerámica romana*. Zaragoza. Livros Pòrtico.
- BLOT, M. L. P. (2003)** – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. In: *Trabalhos de Arqueologia* 28. Instituto Português de Arqueologia.
- CARVALHO, R. (1991)** – O forno cerâmico da estação romana da barragem da Marateca – Castelo Branco. In: *Atas das IV jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1990)*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, p. 343-351.
- CASTRO, L. de A. ; CORDEIRO, M. L. (1962)** – Um “fornax” luso-romano”, Sep. “*Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*. Vol. XVI. Fasc. 1-2, p. 5-16.
- COELHO, M. D. (2006)** – *Intervenção Arqueológica de Diagnóstico e Minimização – Área de proteção da Villa das Almoinhas (Loures) – Relatório final dos trabalhos arqueológicos*. Lisboa. ERA Arqueologia S.A. Texto policopiado.
- FABIÃO, C. (1999-2000)** – Estudar o mundo rural na Antiguidade. *A Cidade* – In: *Revista Cultural de Portalegre*. Número 13-14, p. 7-12.
- FERNANDES, A I. (2007)** – *O arqueossítio romano das Almoinhas (Loures). O aterro da Área 1 – cerâmicas da primeira fase de ocupação. Contribuições para a compreensão das dinâmicas de ocupação do espaço rural de Olisipo*. Relatório Final da Licenciatura de História – Variante Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Texto policopiado.
- GORGES, J. G. (1979)** – *Les villas Hispano-Romaines. Inventaire et problematique archéologique*. Vol. 4. Diffusion de Boccard. Publications du Centre Pierre Paris.
- GORGES, J. G. (1990)** – Villes et villas de Lusitane (Interactions – échanges – autonomies). *Les Villes de Lusitane Romaine. Hiérarchies et territoire*. Paris. Éditions du CNRS, p. 91-113.
- LOPES, L. S. (1995-97)** – Itinerários da estrada Olisipo-Bracara: contributo para o estudo da Hispânia de Ptolomeu. In: *O Arqueólogo Português*. Série IV. Volume 13/15, p. 313-346.
- MANTAS, V. G. (1990)** – As Cidades Marítimas da Lusitânia. *Les Villes de Lusitane Romaine*. Paris, p. 149-205.
- MANTAS, V. G. (2004)** – A Lusitânia e o Mediterrâneo: identidade e diversidade numa província romana. *Conímbriga*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Volume XLIII, p. 63-83.

- OLIVEIRA, A. C. (2000)** – *Villa das Almoínhas* (Loures, Portugal). Destaque para um conjunto de estruturas desta estação. Separata das *Atas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular – Arqueologia da antiguidade na Península Ibérica*. Volume VI. Porto. ADECAP, p. 469-474.
- OLIVEIRA, A. C. (2001)** – A *villa* das Almoínhas (Loures, Portugal). Apresentação dos trabalhos desenvolvidos entre 1995 e 1996. Separata de *O Arqueólogo Português*. Série IV. Volume 19, pp. 65-94.
- OLIVEIRA, A. C. e SILVA, A. R. (2000)** – *Carta Arqueológica do Município de Loures*. Câmara Municipal de Loures.
- PAIS, L. F. B. (2007)** – *O espólio cerâmico associado aos marcos miliários das Almoínhas (Loures)*. *Contribuição para o estudo da estrutura viária olisiponense*. Relatório Final da Licenciatura de História – Variante Arqueologia. Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Texto policopiado.
- PÉREZ CENTENO, M. del R. (1995-97)** – Evolución urbana en el *Conventus Scallabitanus* durante el siglo III d. C. In: *O Arqueólogo Português*. Série IV, volume 13/15, p. 299-312.
- PÉREZ LOSADA, F. (2002)** – Entre a cidade e a aldeã – estudo arqueohistórico dos “aglomerados secundários” romanos em Galicia. *Brigantium*. Volume 13. Museo Arqueológico e Histórico Castelo de San Antón a Coruña.
- PINTO, Inês Vaz (2003)** – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa. Coleção TESES – Universidade Lusíada Editora.
- SILVA, A. C. F. da; LOPES, A. B.; LOBATO, M. J. F. (1984)** – O forno cerâmico de Canelas (Vila Nova de Gaia). *Gaia – Atas das Jornadas de História Local e Regional de Vila Nova de Gaia*. Volume II. Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, p. 59-66.
- SILVA, A. C. F. da; LOPES, A. B.; TUNA, M. (1981-82)** – O forno romano de Louredo (Santa Marta de Penaguião). *PORTUGALIA*. Nova série. Volume II/III. Instituto de Arqueologia da FLUP, p. 149-153.
- SILVA, F. A. P. da (1995)** – Recuperação e valorização do forno romano de Eixo – Memória descritiva. *Boletim Municipal Cultura e Património*. Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, p. 78-80.
- SILVA, B. M. O. (2007)** – *A implantação Romana nas Almoínhas (Loures)*. *Forno 3: Contribuições para a compreensão da produção oleira romana*. Relatório Final da Licenciatura de História – Variante Arqueologia. Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Texto policopiado.
- SILVA, P. A. (2007)** – *Estudo do espólio cerâmico do depósito da Área 3 do sítio arqueológico das Almoínhas (Loures)*. *Contribuições para o estudo da última fase do povoamento rural romano*. Relatório Final da Licenciatura de História – Variante Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Texto policopiado.
- SWAN, V. G. (1984)** – *The pottery kilns of roman Britain*. Royal Commission on Historical Monuments. London.

Documentação

“Carta Militar de Portugal”, Instituto Cartográfico do Exército, Folha 417, escala 1:25 000.

“Carta Geológica de Portugal”, Instituto Geográfico e Mineiro, Folha 34-B, escala 1:50 000.

NOTAS

1 Manuela Dias Coelho (Doutoranda do curso de Pré-História e Arqueologia da FLUL – manueladiascoelho@gmail.com)

Sandra Brazuna (Mestranda do curso de Arqueologia da FLUL, Era Arqueologia S.A. – sandrabrazuna@era-arqueologia.pt)